

## Embaixador Moacyr Ribeiro Briggs

Vítima de insidiosa enfermidade, faleceu, em 19 de abril último, aos 67 anos de idade, o Embaixador Moacyr Ribeiro Briggs, que exercia então as funções de Assessor-Geral da Presidência da Fundação Getúlio Vargas.

Ao trabalho pertinaz do Embaixador Briggs muito deve a administração brasileira: transformá-la em poderoso propulsor do desenvolvimento econômico e social do País sempre constituiu a meta principal de seus esforços.

O Embaixador Briggs ingressou no Ministério das Relações Exteriores aos 18 anos de idade e, antes dos 20, lhe era confiada a missão de colaborar nos trabalhos preparatórios da Conferência da Paz, onde o Brasil faria parte de mesa redonda, em 1919, ao lado das grandes potências aliadas, depois da derrota da Alemanha.

Em 1920, o Embaixador Briggs ingressou na Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Ali

adquiriu, em pouco tempo visão global dos problemas brasileiros. Tão segura foi a sua atuação que, em 1924, o Ministro Felix Pacheco o levou para o Gabinete, pôsto em que permaneceu por dois anos, durante os quais desempenhou a primeira missão diplomática no Exterior na qualidade de Secretário da Embaixada Especial que representou o Brasil nos festejos comemorativos do Centenário da Independência do Uruguai. Ao mesmo tempo em que servia ao Ministério das Relações Exteriores, terminava o Curso de Direito, recebendo, em 1923, o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Em 1926, ainda bastante jovem, o Embaixador Briggs já desempenhava papel importante no estudo dos problemas de organização administrativa, sendo designado para representar o seu Ministério no Congresso de Estradas de Rodagem então realizado. Recebeu, logo depois, a incumbência de elaborar o projeto de revisão do Regulamento de Passaportes. Já seu nome se projetava como o de um administrador esclarecido, disciplinado e disciplinador, capaz de imaginar soluções adequadas para os problemas de administração.

Em 1934, exerceu as funções de Secretário da Comissão chefiada pelo Embaixador Nabuco e incumbida de proceder a estudos para renovação do Serviço Civil Brasileiro. O chamado Relatório Nabuco representou inestimável subsídio para a Comissão que, em 1936, elaborou a Lei 284 e criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil. O Embaixador Moacyr Briggs, então Secretário de Legação, foi nomeado, pelo Presidente Getúlio Vargas membro do referido Conselho e logo escolhido por seus pares para exercer a presidência do órgão.

Em 1938, o Conselho Federal do Serviço Público Civil foi extinto, criando-se, em seu lugar, o Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP, onde ao lado de Luiz Simões Lopes, Moacyr Briggs teria destacada atuação. Como Diretor de uma das mais difíceis e penosas divisões da nova entidade — a Divisão de Organização e Coordenação — exerceu várias vezes a direção do Departamento. Em 1945, por se haver insurgido juntamente com todos os Diretores de Divisão e Chefes de Seção do DASP, com uma única exceção, contra os golpes que eram então desferidos pela Presidência da República no Sistema do Mérito, o Embaixador Briggs foi demitido com todos os seus colegas, sendo o DASP mutilado. Mais tarde, o Presidente Getúlio Vargas mandou expungir dos assenta-



mentos funcionais do Embaixador Briggs a punição injusta, que lhe fôra imposta exatamente por ter tido a hombridade de defender o Sistema do Mérito, cuja implantação e preservação no Serviço Público Civil Brasileiro constituía a principal razão de ser do DASP. Enquanto exerceu o cargo de Diretor da Divisão de Organização e Coordenação, o Embaixador Briggs desempenhou papel considerável na organização administrativa dos Estados do Espírito Santo, Maranhão e Piauí, assim como prestou assistência ao Paraguai na reforma administrativa por que aquela República passou. Assumiu, em seguida, a chefia do Departamento de Indústria e Comércio, parte do Ministério do mesmo nome.

Em 1944, o Embaixador Briggs voltou ao Ministério das Relações Exteriores para dirigir a Divisão Econômica e Consular, a mesma que êle reorganizara doze anos antes.

Em 1945, exerceu por noventa dias a direção-geral do DASP, quando houve a exoneração decorrente de seu insurgimento contra a deturpação dos fins daquele órgão.

Em 1946, desempenhou em Buenos Aires a missão de Ministro-Conselheiro da Embaixada Especial mandada à posse do Presidente da República Argentina. Logo depois, a sua reputação de administrador e organizador o levou a outro pôsto, no Conselho de Imigração e Colonização, onde permaneceu por algum tempo.

Entre outras missões diplomáticas, desempenhou a de Embaixador Extraordinário junto à cerimônia de posse do Presidente do Paraguai, país em que mais tarde chefiou a missão diplomática do Brasil. Ao cabo de uma viagem de inspeção das missões diplomáticas brasileiras em numerosos países da América e Europa, foi outra vez convocado pela alta administração do País, em 1951, para exercer o cargo de Subchefe do Gabinete Civil do Presidente da República.

Oito anos mais tarde em 1959, chefiou a missão diplomática do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, depois em Karachi, Assunção, Cidade do Vaticano e Belgrado. Em todos êsses postos, o Embaixador Briggs sempre representou o Brasil com capacidade e firmeza.

Em 1961, no govêrno Jânio Quadros, voltou a ser Diretor-Geral do DASP.

Aposentado por limite de idade, o Embaixador Briggs preferiu continuar a servir o País. Convidado pelo Presidente da Fun-

dação Getúlio Vargas, desempenhou a função de Coordenador do Setor de Organização da extinta Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda e, em seguida, passou a exercer as funções de Assessor-Geral do Presidente da Fundação Getúlio Vargas. Paralelamente desempenhava a de Presidente do IDORT do Estado da Guanabara.

O nome do Embaixador Moacyr Briggs está definitivamente associado ao movimento de renovação administrativa do País, a cuja vanguarda ele nunca deixou de pertencer, até à hora final.

Não deixou filhos. Sua viúva, a Excelentíssima Embaixatriz Zenilda Briggs, reside no Rio de Janeiro.